ReGeo ISSN: 2177-3246

DA DEFICIÊNCIA À POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA: A TRANSFORMAÇÃO DAS RACIONALIDADES COMO CATEGORIA ANALÍTICA PARA COMPREENDER A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

FROM DISABILITY TO INCLUSIVE EDUCATIONAL POLICY: THE TRANSFORMATION OF RATIONALITIES AS AN ANALYTICAL CATEGORY TO UNDERSTAND THE EVOLUTION OF SPECIAL EDUCATION

DE LA DISCAPACIDAD A LA POLÍTICA EDUCATIVA INCLUSIVA: LA TRANSFORMACIÓN DE LAS RACIONALIDADES COMO CATEGORÍA ANALÍTICA PARA COMPRENDER LA EVOLUCIÓN DE LA EDUCACIÓN ESPECIAL

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-187

Data de submissão: 19/07/2026 **Data de publicação:** 19/08/2026

Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim
Doutorado
Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
E-mail: maria.amorim@ufrpe.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1119-3613
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5330024930917910

Fabiana Wanderley de Souza Moreira
Doutorado em Psicologia Cognitiva
Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
E-mail: fabiana.Wanderley@ufrpe.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1851-0485
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4058275646937545

RESUMO

O campo da Educação Especial tem sido amplamente investigado nas últimas décadas, sobressaindo-se análises da evolução histórica orientadas por marcos cronológicos e normativos. Embora relevantes, tais abordagens frequentemente carecem de uma categoria analítica integradora capaz de unificar as dimensões jurídica, política, institucional e pedagógica desse processo. Diante dessa lacuna, este estudo tem como objetivo propor a "transformação das racionalidades" como categoria analítica para compreender a evolução histórica das políticas públicas de educação inclusiva destinadas às pessoas com deficiência. Metodologicamente, caracteriza-se como uma revisão crítica interpretativa com construção teórica, cujo corpus analítico foi constituído por 57 artigos científicos selecionados mediante revisão sistemática da literatura. Como principal resultado, a categoria construída — "transformação das racionalidades" — demonstra que a evolução da Educação Especial não decorre meramente da sucessão linear de marcos legais, mas de uma reorganização histórica profunda nas formas de conceber a deficiência, redefinir a atuação estatal e institucionalizar a racionalidade dos direitos humanos. Conclui-se que esse modelo analítico oferece um referencial integrador para superar a fragmentação da produção científica na área, subsidiando novas investigações sobre as permanências, rupturas e disputas que ainda tensionam as práticas e políticas de inclusão contemporâneas.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Políticas Públicas. Racionalidades. Revisão Crítica Interpretativa.

ABSTRACT
The field of Special Education has been extensively investigated in recent decades, with analyses of historical evolution guided by chronological and normative milestones standing out. Although relevant, such approaches often lack an integrative analytical category capable of unifying the legal, political, institutional, and pedagogical dimensions of this process. In light of this gap, this study aims to propose the "transformation of rationalities" as an analytical category to understand the historical evolution of public inclusive education policies for people with disabilities. Methodologically, it is characterized as an interpretive critical review with theoretical construction, whose analytical corpus consisted of 57 scientific articles selected through systematic literature review. As the main result, the constructed category — "transformation of rationalities" — demonstrates that the evolution of Special Education does not result merely from the linear succession of legal milestones, but from a profound historical reorganization in the ways of conceiving disability, redefining state and institutional action, and institutionalizing the rationality of human rights. It is concluded that this analytical model offers an integrative reference framework to overcome the fragmentation of scientific production in the field, supporting new investigations into the continuities, ruptures, and disputes that still tension contemporary inclusion practices and policies.

Keywords: Special Education. Inclusive Education. Public Policies. Rationalities. Interpretive Critical Review.

RESUMEN
El campo de la Educación Especial ha sido ampliamente investigado en las últimas décadas, destacándose los análisis de la evolución histórica orientados por hitos cronológicos y normativos. Aunque relevantes, tales enfoques frecuentemente carecen de una categoría analítica integradora capaz de unificar las dimensiones jurídica, política, institucional y pedagógica de este proceso. Ante esta brecha, este estudio tiene como objetivo proponer la "transformación de las racionalidades" como categoría analítica para comprender la evolución histórica de las políticas públicas de educación inclusiva destinadas a personas con discapacidad. Metodológicamente, se caracteriza como una revisión crítica interpretativa con construcción teórica, cuyo corpus analítico estuvo constituido por 57 artículos científicos seleccionados mediante revisión sistemática de la literatura. Como resultado principal, la categoría construida — "transformación de las racionalidades" — demuestra que la evolución de la Educación Especial no resulta meramente de la sucesión lineal de hitos legales, sino de una reorganización histórica profunda en las formas de concebir la discapacidad, redefinir la actuación estatal e institucional e institucionalizar la racionalidad de los derechos humanos. Se concluye que este modelo analítico ofrece un referencial integrador para superar la fragmentación de la producción científica en el área, subsidiando nuevas investigaciones sobre las permanencias, rupturas y disputas que aún tensionan las prácticas y políticas de inclusión contemporáneas.

Palabras clave: Educación Especial. Educación Inclusiva. Políticas Públicas. Racionalidades. Revisión Crítica Interpretativa.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação especial e a educação inclusiva consolidaram-se como um dos campos mais dinâmicos da pesquisa educacional brasileira e internacional. A ampliação do direito à educação das pessoas com deficiência, a redefinição do papel da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a crescente institucionalização de políticas públicas destinadas à garantia do acesso, da permanência, da participação e da aprendizagem produziram um expressivo volume de investigações voltadas à compreensão desse processo histórico. Como consequência, a literatura passou a oferecer importantes contribuições para o entendimento das transformações ocorridas nas políticas educacionais, nos sistemas de ensino e nas práticas escolares, constituindo um patrimônio científico indispensável para a consolidação do campo.

Apesar dessa produção significativa, observa-se que grande parte dos estudos interpreta a evolução da Educação Especial a partir de uma narrativa predominantemente cronológica, organizada em torno da sucessão de marcos legais, reformas educacionais, programas governamentais e documentos internacionais. Nessa perspectiva, a trajetória da educação inclusiva costuma ser apresentada como um movimento progressivo de ampliação de direitos, no qual cada novo dispositivo normativo representa um avanço em relação ao anterior. Embora essa interpretação tenha contribuído para evidenciar importantes conquistas políticas e jurídicas, ela tende a privilegiar a descrição dos acontecimentos históricos em detrimento da compreensão dos processos que explicam as transformações ocorridas ao longo desse percurso.

A produção científica nacional e internacional evidencia diferentes formas de abordar essa evolução. Alguns estudos concentram-se na análise das mudanças legislativas que redefiniram a Educação Especial e o direito à educação das pessoas com deficiência. Outros privilegiam a implementação das políticas públicas, seus impactos sobre os sistemas educacionais ou os desafios relacionados à efetivação da inclusão escolar. Há, ainda, investigações dedicadas à análise das práticas pedagógicas, da formação docente, da acessibilidade, do Atendimento Educacional Especializado e das condições institucionais necessárias à consolidação da educação inclusiva. Em conjunto, esses estudos contribuíram significativamente para ampliar o conhecimento disponível sobre a área e permitiram compreender diferentes dimensões da política educacional inclusiva.

Entretanto, essa diversidade de abordagens também evidencia uma limitação interpretativa. Embora expliquem aspectos específicos da evolução da Educação Especial, poucos estudos procuram compreender os fundamentos históricos que articulam as diferentes transformações observadas ao longo desse processo. Em outras palavras, a literatura descreve, analisa e avalia mudanças importantes, mas ainda carece de uma categoria analítica capaz de integrar essas múltiplas dimensões em uma

interpretação histórica unificada. A ausência desse referencial faz com que a evolução das políticas públicas frequentemente seja apresentada como uma sucessão de acontecimentos, sem que se explicite o movimento histórico responsável por reorganizar as formas de compreender a deficiência, redefinir o papel do Estado e transformar a própria concepção de direito à educação.

É precisamente nessa lacuna que se insere este estudo. Parte-se do pressuposto de que a evolução da Educação Especial e das políticas públicas de educação inclusiva não pode ser compreendida apenas pela sucessão de marcos normativos nem pela ampliação progressiva dos direitos das pessoas com deficiência. Sustenta-se que esse percurso histórico resulta de mudanças mais profundas, relacionadas às racionalidades que, em diferentes contextos históricos, passaram a orientar a compreensão da deficiência, a organização da Educação Especial e as responsabilidades atribuídas ao Estado diante do direito à educação. Assim, compreender a evolução das políticas públicas exige deslocar o foco da descrição cronológica dos acontecimentos para a análise das transformações das racionalidades que estruturam esse processo histórico.

Essa perspectiva justifica a adoção de uma revisão crítica interpretativa da literatura. Diferentemente das revisões voltadas exclusivamente à sistematização do conhecimento produzido, a revisão crítica permite integrar interpretações distintas, identificar aproximações e tensões presentes na produção científica e construir novas sínteses teóricas a partir da literatura analisada. Nesse sentido, o presente estudo não se limita a reunir evidências disponíveis sobre Educação Especial e educação inclusiva. Busca construir uma interpretação capaz de explicar, de forma integrada, a evolução histórica das políticas públicas educacionais destinadas às pessoas com deficiência, tomando a transformação das racionalidades como categoria analítica central.

A robustez dessa proposta apoia-se na integração crítica de um corpus constituído por cinquenta e sete artigos científicos selecionados mediante revisão sistemática da literatura. A amplitude e a diversidade desse conjunto de estudos permitem que a categoria analítica aqui proposta não decorra de uma elaboração exclusivamente conceitual, mas emerja da interlocução crítica com a produção científica nacional e internacional. Dessa forma, a construção teórica apresentada neste artigo fundamenta-se em evidências produzidas pela própria literatura, conferindo consistência metodológica à interpretação desenvolvida.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo integrar criticamente a produção científica nacional e internacional sobre Educação Especial e educação inclusiva, propondo a transformação das racionalidades como categoria analítica para compreender a evolução histórica das políticas públicas educacionais destinadas às pessoas com deficiência.

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. A primeira apresenta os fundamentos metodológicos da revisão crítica interpretativa da literatura e descreve o percurso analítico adotado na constituição do corpus e na construção da categoria teórica proposta. Na sequência, discute-se como a literatura científica tem interpretado a evolução da Educação Especial, evidenciando os principais referenciais explicativos predominantes na área. A seção seguinte desenvolve a transformação das racionalidades como categoria analítica e demonstra seu potencial para reinterpretar a evolução das políticas públicas de educação inclusiva. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais são discutidas as contribuições teóricas do estudo para o campo da Educação Especial e as possibilidades abertas por essa perspectiva interpretativa para futuras investigações.

2 MÉTODO

Tipo de estudo: Este estudo caracteriza-se como uma **Revisão Crítica Interpretativa da Literatura com Construção Teórica**, modalidade de investigação que ultrapassa a finalidade tradicional de síntese do conhecimento disponível para assumir como propósito a produção de novas interpretações teóricas a partir da integração crítica da literatura científica. Diferentemente das revisões narrativas, cujo foco concentra-se na discussão descritiva da produção existente, e das revisões sistemáticas voltadas predominantemente para a identificação e síntese de evidências, a revisão crítica interpretativa busca compreender relações conceituais, identificar permanências e rupturas analíticas e construir categorias explicativas capazes de ampliar a compreensão do fenômeno investigado.

Nessa perspectiva, a literatura não é tratada apenas como fonte de informações, mas como objeto de interpretação científica. Os estudos selecionados são compreendidos como expressões de diferentes perspectivas teóricas e históricas sobre a Educação Especial e a educação inclusiva, permitindo identificar deslocamentos conceituais, mudanças paradigmáticas e diferentes formas de compreender a deficiência, o papel da Educação Especial e a atuação do Estado na garantia do direito à educação.

Assim, o presente estudo não teve como finalidade apenas sistematizar resultados previamente produzidos pela literatura, mas desenvolver uma interpretação teórica capaz de explicar a evolução histórica das políticas públicas de educação inclusiva por meio da construção da categoria analítica transformação das racionalidades.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO CRÍTICA INTERPRETATIVA

A opção pela revisão crítica interpretativa fundamenta-se na compreensão de que determinados problemas científicos exigem procedimentos metodológicos capazes de ultrapassar a descrição da produção existente e avançar na elaboração de modelos explicativos. No campo da Educação Especial, observa-se um volume crescente de estudos sobre políticas públicas, inclusão escolar, Atendimento Educacional Especializado, formação docente, acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência. Entretanto, embora essa produção seja ampla e diversificada, permanece relativamente fragmentada, privilegiando frequentemente análises temáticas, históricas ou normativas.

Diante dessa característica, optou-se por uma abordagem metodológica que permitisse integrar criticamente diferentes perspectivas presentes na literatura, buscando identificar elementos comuns, tensões interpretativas, permanências conceituais e deslocamentos históricos. A revisão crítica interpretativa possibilita precisamente esse movimento, uma vez que compreende a análise da literatura como um processo de produção de conhecimento e não apenas de organização do conhecimento existente.

Consequentemente, a interpretação desenvolvida neste estudo não resulta da simples reunião de evidências, mas da construção progressiva de relações analíticas entre os estudos selecionados. A categoria transformação das racionalidades emerge desse processo interpretativo como uma síntese teórica construída a partir do diálogo crítico entre diferentes abordagens presentes na produção científica nacional e internacional.

2.2 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

O corpus analisado foi constituído por 57 artigos científicos, previamente identificados mediante revisão sistemática da literatura desenvolvida como etapa inicial desta investigação, mas para este artigo foram selecionadas algumas literaturas contidas nas referências. A constituição desse corpus observou critérios rigorosos de busca, seleção e elegibilidade, assegurando abrangência temática e consistência metodológica para a análise interpretativa posteriormente realizada.

Os estudos contemplam diferentes abordagens relacionadas à Educação Especial e à educação inclusiva, incluindo investigações sobre políticas públicas, legislação educacional, direitos humanos, escolarização, inclusão escolar, Atendimento Educacional Especializado, formação docente, acessibilidade, práticas pedagógicas e processos históricos da Educação Especial. A diversidade temática do corpus constitui elemento fundamental para a presente investigação, pois possibilita compreender a evolução do campo sob múltiplas perspectivas analíticas.

Mais do que representar um conjunto quantitativamente expressivo de estudos, o corpus foi concebido como base epistemológica da construção teórica proposta. Sua amplitude permitiu identificar regularidades, permanências e deslocamentos conceituais que dificilmente seriam observados em análises restritas a determinados períodos históricos, políticas específicas ou referenciais teóricos isolados.

2.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS ESTUDOS

A seleção dos artigos integrou a etapa sistemática da investigação e seguiu critérios previamente definidos de elegibilidade. Foram incluídos estudos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais que abordassem, de forma direta, a evolução da Educação Especial, as políticas públicas de educação inclusiva, os direitos das pessoas com deficiência, os processos de escolarização ou os fundamentos teóricos relacionados à inclusão educacional.

Foram excluídos estudos cujo foco estivesse restrito à descrição de experiências pedagógicas específicas, relatos de prática sem fundamentação analítica, pesquisas centradas exclusivamente em intervenções clínicas ou trabalhos que não estabelecessem relação com a problemática da política educacional inclusiva.

Embora a presente investigação assuma natureza interpretativa, a adoção desses critérios teve como finalidade assegurar a consistência do corpus analisado e garantir que a construção teórica se fundamentasse em produção científica diretamente relacionada ao objeto investigado.

2.4 ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO CRÍTICA DA LITERATURA

A análise dos estudos selecionados não foi orientada pela lógica tradicional de categorização temática. Em vez de organizar a literatura segundo áreas de interesse ou períodos históricos, adotou-se uma estratégia de integração crítica, cujo propósito consistiu em identificar os pressupostos interpretativos presentes nos diferentes estudos e compreender como cada um deles explicava a evolução da Educação Especial e das políticas públicas de educação inclusiva.

Inicialmente, procedeu-se à leitura analítica integral dos artigos, identificando conceitos centrais, referenciais teóricos, pressupostos epistemológicos e interpretações históricas predominantes. Em seguida, realizou-se um processo de comparação constante entre os estudos, buscando reconhecer aproximações, divergências, permanências conceituais e deslocamentos interpretativos.

Essa etapa permitiu ultrapassar a simples síntese temática da literatura e construir uma interpretação transversal do corpus, evidenciando que, apesar da diversidade de enfoques, os estudos

analisados expressavam diferentes racionalidades por meio das quais a deficiência, a Educação Especial e as políticas públicas foram historicamente compreendidas.

2.5 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA ANALÍTICA

A construção da categoria analítica transformação das racionalidades constituiu o principal resultado metodológico desta investigação. Essa categoria não foi definida previamente nem utilizada como referência inicial para a leitura dos estudos. Ao contrário, emergiu progressivamente do processo de integração crítica da literatura, mediante sucessivos movimentos de comparação, interpretação e síntese teórica.

Durante a análise do corpus, observou-se que diferentes estudos descreviam mudanças importantes na compreensão da deficiência, na organização da Educação Especial e na formulação das políticas públicas, embora utilizassem referenciais conceituais distintos. A interpretação integrada dessas mudanças permitiu reconhecer que tais transformações possuíam um elemento comum: a reorganização histórica das racionalidades que passaram a orientar a relação entre deficiência, educação, direitos humanos e atuação estatal.

A categoria proposta sintetiza esse movimento histórico e permite compreender que a evolução da Educação Especial não decorre apenas da sucessão cronológica de leis, políticas ou programas governamentais. Ela resulta da transformação das racionalidades que estruturam as formas de compreender a deficiência, definir responsabilidades institucionais e organizar as políticas educacionais destinadas às pessoas com deficiência.

Dessa forma, a categoria transformação das racionalidades constitui uma construção teórica derivada da própria literatura analisada. Sua função não consiste em substituir as interpretações existentes, mas em integrá-las em um modelo analítico capaz de explicar, de forma articulada, a evolução histórica da Educação Especial e das políticas públicas de educação inclusiva.

3 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA LITERATURA CIENTÍFICA: UMA LEITURA CRÍTICA DAS PERSPECTIVAS EXPLICATIVAS

A produção científica sobre Educação Especial e educação inclusiva experimentou expressiva expansão nas últimas décadas, acompanhando a intensificação das transformações políticas, sociais e educacionais relacionadas ao direito à educação das pessoas com deficiência. Esse crescimento resultou na constituição de um campo de investigação plural, caracterizado pela diversidade de objetos, referenciais teóricos, perspectivas metodológicas e enfoques analíticos. A literatura passou a abordar desde a evolução das políticas públicas e dos marcos legais até questões relacionadas à escolarização,

formação docente, acessibilidade, currículo, Atendimento Educacional Especializado e processos de inclusão escolar.

Essa diversidade representa importante avanço para a consolidação da Educação Especial como campo científico. Entretanto, a ampliação da produção acadêmica também produziu um cenário interpretativo marcado por diferentes formas de explicar a evolução da área. Em muitos casos, essas interpretações permanecem circunscritas aos objetos específicos de cada investigação, dificultando a construção de uma compreensão integrada acerca dos processos históricos que reorganizaram a Educação Especial e as políticas públicas de educação inclusiva.

A análise crítica dos estudos que compõem o corpus desta investigação permite identificar que, apesar da diversidade temática, a literatura organiza suas interpretações em torno de algumas perspectivas explicativas recorrentes. Essas perspectivas não são excludentes; frequentemente coexistem e dialogam entre si. Contudo, cada uma privilegia determinados elementos da evolução histórica, conferindo maior centralidade a aspectos jurídicos, políticos, paradigmáticos ou educacionais. Essa característica evidencia tanto a riqueza do campo quanto a fragmentação de suas interpretações.

Sob essa perspectiva, esta seção não pretende realizar uma revisão cronológica da produção científica nem classificar os estudos segundo áreas temáticas tradicionais. O objetivo consiste em analisar criticamente as principais perspectivas explicativas presentes na literatura, buscando compreender como elas interpretam a evolução da Educação Especial e quais são seus alcances e limites enquanto referenciais analíticos. Essa leitura constitui etapa indispensável para a construção da categoria proposta neste artigo, uma vez que permite identificar os elementos que permanecem dispersos nas diferentes interpretações e que serão posteriormente integrados pela categoria transformação das racionalidades.

3.1 A EVOLUÇÃO EXPLICADA PELA SUCESSÃO DOS MARCOS LEGAIS

Uma das perspectivas mais recorrentes na literatura compreende a evolução da Educação Especial a partir da sucessão dos marcos normativos que passaram a regulamentar os direitos das pessoas com deficiência e a organização das políticas públicas educacionais. Nessa abordagem, a história da Educação Especial é frequentemente apresentada como uma sequência de dispositivos legais, documentos internacionais, reformas constitucionais e políticas governamentais que progressivamente ampliaram o reconhecimento do direito à educação inclusiva.

Essa perspectiva atribui especial relevância a documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos, a Declaração de Salamanca, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão. Cada um desses marcos passa a representar momentos decisivos da trajetória histórica da Educação Especial, sendo frequentemente interpretado como responsável pela redefinição das responsabilidades do Estado e pela ampliação dos direitos educacionais das pessoas com deficiência.

As contribuições dessa perspectiva são inegáveis. Ao evidenciar a evolução normativa da Educação Especial, a literatura demonstra que a consolidação da educação inclusiva resultou de intensos processos de mobilização política, disputas sociais e reconhecimento progressivo dos direitos humanos. Além disso, essa abordagem possibilita compreender como diferentes dispositivos legais reorganizaram a atuação dos sistemas educacionais e estabeleceram novos parâmetros para a formulação das políticas públicas.

Entretanto, a análise crítica do corpus evidencia que a centralidade atribuída aos marcos legais também produz algumas limitações interpretativas. Frequentemente, a evolução histórica passa a ser explicada como consequência direta da promulgação de novas leis ou políticas, estabelecendo uma relação linear entre produção normativa e transformação educacional. Nessa lógica, os documentos legais assumem o papel de principais agentes explicativos da mudança histórica, enquanto os processos sociais, culturais e epistemológicos que possibilitaram sua emergência permanecem em segundo plano.

Essa característica faz com que diferentes estudos descrevam com precisão a evolução legislativa da Educação Especial, mas expliquem de forma limitada por que determinados marcos históricos se tornaram possíveis em determinados contextos e não em outros. Em outras palavras, a literatura evidencia quando ocorreram as transformações normativas, mas nem sempre explicita quais mudanças mais profundas nas formas de compreender a deficiência, a cidadania e o direito à educação tornaram essas transformações historicamente viáveis.

Assim, embora a perspectiva jurídico-normativa seja fundamental para compreender a institucionalização das políticas públicas de educação inclusiva, ela apresenta menor capacidade para explicar os processos históricos que antecedem e sustentam essas mudanças. Os marcos legais passam a constituir importantes indicadores da evolução da Educação Especial, mas não explicam, isoladamente, os fundamentos históricos responsáveis por sua própria constituição.

4 A TRANSFORMAÇÃO DAS RACIONALIDADES COMO CATEGORIA ANALÍTICA

A análise crítica desenvolvida na seção anterior evidenciou que a produção científica sobre Educação Especial e educação inclusiva construiu interpretações consistentes acerca da evolução histórica das políticas públicas, da ampliação dos direitos das pessoas com deficiência, das mudanças

paradigmáticas e das transformações ocorridas na escolarização. Entretanto, também revelou que essas interpretações permanecem organizadas em torno de perspectivas explicativas relativamente autônomas, privilegiando determinados aspectos do processo histórico sem oferecer uma compreensão integrada das transformações que atravessam simultaneamente a deficiência, a Educação Especial, o Estado e as políticas educacionais.

Essa constatação não diminui a relevância da literatura produzida nas últimas décadas. Ao contrário, evidencia sua riqueza analítica e sua capacidade de explicar diferentes dimensões da evolução da Educação Especial. Todavia, ao serem examinadas de forma integrada, essas contribuições revelam um elemento comum que permanece, em grande medida, implícito: todas descrevem transformações históricas, embora utilizem referenciais conceituais distintos para interpretá-las. Em diferentes momentos, os estudos analisam mudanças nas formas de compreender a deficiência, na organização das políticas públicas, na concepção de direitos, na função atribuída à Educação Especial e nas responsabilidades assumidas pelo Estado. O que varia é o referencial adotado para explicar essas mudanças.

É precisamente dessa convergência que emerge a necessidade de uma categoria analítica capaz de integrar as diferentes interpretações presentes na literatura. Mais do que descrever a sucessão de acontecimentos históricos, essa categoria deve permitir compreender o princípio organizador que articula tais transformações e explica sua evolução ao longo do tempo. É nesse contexto que se propõe, neste estudo, a transformação das racionalidades como categoria analítica para interpretar a evolução histórica da Educação Especial e das políticas públicas de educação inclusiva.

A categoria aqui proposta não pretende substituir os referenciais teóricos já consolidados na área, tampouco estabelecer uma nova periodização da história da Educação Especial. Sua finalidade consiste em oferecer um nível adicional de interpretação capaz de integrar contribuições que, embora produzidas sob diferentes perspectivas, convergem para um mesmo movimento histórico: a transformação das formas pelas quais a deficiência, a Educação Especial, a escolarização e o direito à educação passaram a ser compreendidos em diferentes contextos sociais, políticos e institucionais.

Sob essa perspectiva, a evolução da Educação Especial deixa de ser interpretada exclusivamente como resultado da ampliação dos direitos, da produção normativa ou da implementação de políticas públicas. Esses elementos continuam sendo fundamentais para compreender esse percurso histórico, mas passam a ser entendidos como manifestações de transformações mais profundas, relacionadas às racionalidades que orientam a forma como a sociedade compreende a deficiência, organiza as políticas educacionais e define as responsabilidades do Estado perante o direito à educação.

4.1 POR QUE A LITERATURA NECESSITA DE UMA CATEGORIA INTEGRADORA?

A diversidade da produção científica analisada evidencia que a evolução da Educação Especial pode ser observada sob múltiplas perspectivas. Estudos jurídicos enfatizam os processos de institucionalização dos direitos; pesquisas históricas destacam a sucessão dos marcos legais; investigações educacionais concentram-se na implementação das políticas públicas; enquanto análises pedagógicas privilegiam as transformações da escolarização e das práticas inclusivas. Cada uma dessas abordagens produz contribuições relevantes para a compreensão do fenômeno investigado.

Entretanto, essa diversidade também revela que as interpretações permanecem relativamente fragmentadas. Em geral, os estudos explicam mudanças ocorridas em determinados níveis da realidade — jurídico, político, institucional ou pedagógico — sem construir um referencial capaz de articular essas diferentes dimensões em um único processo histórico. A consequência é que a evolução da Educação Especial frequentemente aparece como um conjunto de mudanças paralelas, cuja relação permanece apenas parcialmente explicitada.

A construção de uma categoria integradora responde precisamente a essa limitação. Em vez de substituir as explicações existentes, busca estabelecer um nível interpretativo superior, capaz de compreender como diferentes transformações observadas na literatura integram um mesmo movimento histórico de reorganização das formas de compreender a deficiência, a cidadania e o direito à educação.

4.2 O CONCEITO DE RACIONALIDADE COMO FUNDAMENTO INTERPRETATIVO

A escolha da racionalidade como categoria central desta investigação decorre de sua capacidade de explicar não apenas as práticas educacionais ou os dispositivos normativos, mas os fundamentos históricos que orientam sua constituição. Diferentemente de conceitos como paradigma, modelo ou concepção, frequentemente utilizados para caracterizar mudanças específicas no campo da Educação Especial, a noção de racionalidade permite compreender os princípios que organizam formas historicamente situadas de interpretar a deficiência, produzir políticas públicas, definir responsabilidades institucionais e orientar práticas educacionais.

Nessa perspectiva, uma racionalidade corresponde a um modo historicamente construído de organizar conhecimentos, valores, normas e práticas sociais em torno de determinado objeto. No caso da Educação Especial, diferentes racionalidades produziram distintas formas de compreender a deficiência e, consequentemente, diferentes maneiras de organizar a educação das pessoas com deficiência. Assim, as mudanças observadas na legislação, nas políticas públicas ou na escolarização

deixam de ser interpretadas como fenômenos isolados e passam a ser compreendidas como manifestações da transformação dessas racionalidades.

Essa compreensão amplia significativamente o potencial explicativo da literatura existente, pois permite integrar fenômenos que, até então, eram analisados separadamente. A evolução dos direitos, a reorganização das políticas públicas, a redefinição do papel da Educação Especial e as mudanças ocorridas na escolarização passam a constituir expressões distintas de um mesmo processo histórico.

4.3 A TRANSFORMAÇÃO DAS RACIONALIDADES COMO CATEGORIA ANALÍTICA

A categoria transformação das racionalidades emerge, portanto, como resultado da integração crítica da literatura analisada. Ela designa o processo histórico por meio do qual diferentes formas de compreender a deficiência foram progressivamente reorganizadas, produzindo mudanças simultâneas nas políticas públicas, na organização institucional da Educação Especial, na atuação do Estado e na escolarização das pessoas com deficiência.

Essa categoria permite compreender que a evolução da Educação Especial não decorre exclusivamente da promulgação de novas leis nem da simples substituição de paradigmas educacionais. As mudanças legislativas, institucionais e pedagógicas passam a ser interpretadas como manifestações históricas de transformações mais amplas nas racionalidades que orientam a relação entre deficiência, educação e direitos humanos.

Ao assumir essa perspectiva, a literatura anteriormente analisada deixa de representar um conjunto de interpretações independentes e passa a constituir diferentes evidências de um mesmo movimento histórico. A categoria proposta não elimina a diversidade dos estudos existentes; ao contrário, oferece um referencial capaz de integrá-los em uma explicação mais abrangente da evolução da Educação Especial.

4.4 A TRANSFORMAÇÃO DAS RACIONALIDADES COMO MODELO ANALÍTICO

A principal contribuição desta categoria consiste em oferecer uma nova chave interpretativa para compreender a evolução histórica da Educação Especial. Em vez de organizar essa trajetória pela sucessão de marcos legais, por mudanças paradigmáticas ou pela implementação de políticas específicas, a categoria propõe interpretar esse percurso como resultado da transformação das racionalidades que estruturam a compreensão da deficiência e do direito à educação.

Essa mudança de perspectiva permite compreender que leis, políticas públicas, reformas educacionais e transformações da escolarização não constituem processos independentes. Todos

integram uma mesma dinâmica histórica de reorganização das racionalidades que passaram a orientar a atuação do Estado, a organização dos sistemas educacionais e a consolidação da educação inclusiva.

Dessa forma, a categoria transformação das racionalidades ultrapassa a função de conceito organizador da revisão da literatura e assume o papel de modelo analítico para interpretar a evolução da Educação Especial. Seu potencial explicativo reside precisamente na capacidade de integrar dimensões jurídicas, políticas, institucionais e pedagógicas em uma interpretação histórica unificada, oferecendo uma contribuição teórica que emerge diretamente da integração crítica da produção científica analisada.

5 REINTERPRETANDO A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A proposição da transformação das racionalidades como categoria analítica permite deslocar a interpretação da evolução da Educação Especial de uma perspectiva predominantemente cronológica para uma compreensão centrada nos processos históricos que reorganizaram as formas de compreender a deficiência, a educação e o papel do Estado. Esse deslocamento não implica negar a relevância dos marcos legais, das políticas públicas ou das mudanças paradigmáticas amplamente discutidas pela literatura. Ao contrário, esses elementos permanecem fundamentais, porém passam a ser compreendidos como expressões de transformações históricas mais profundas que alteraram os fundamentos sobre os quais a Educação Especial foi sendo construída.

Sob essa perspectiva, a evolução da Educação Especial deixa de ser interpretada como uma sucessão de eventos independentes e passa a constituir um processo contínuo de reorganização das racionalidades que orientam a produção das políticas públicas e das práticas educacionais. A categoria proposta permite compreender que cada transformação normativa, institucional ou pedagógica representa a materialização histórica de mudanças ocorridas nas formas pelas quais a deficiência passou a ser socialmente interpretada.

Essa interpretação modifica significativamente a leitura tradicional da literatura. Em vez de identificar determinados documentos como marcos inaugurais de novas etapas históricas, torna-se possível compreendê-los como momentos de consolidação de processos anteriormente iniciados. Assim, documentos internacionais, reformas legislativas e políticas públicas deixam de representar rupturas isoladas para integrar uma mesma trajetória de institucionalização da racionalidade dos direitos humanos.

5.1 DA EXCLUSÃO À RACIONALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

A literatura frequentemente descreve a história da Educação Especial por meio da passagem entre diferentes paradigmas ou modelos explicativos da deficiência. Embora essa abordagem contribua para evidenciar mudanças importantes nas concepções educacionais, a categoria transformação das racionalidades permite compreender que essas mudanças não ocorreram apenas no plano das ideias pedagógicas, mas envolveram uma profunda reorganização das formas pelas quais a sociedade passou a compreender a diferença humana.

Nesse sentido, a passagem de práticas excludentes para políticas inclusivas não representa apenas uma mudança educacional. Ela corresponde à substituição progressiva de racionalidades centradas na normalização, na assistência e na segregação por uma racionalidade fundada no reconhecimento da deficiência como questão de direitos humanos. Essa transformação redefine simultaneamente a compreensão da cidadania, da igualdade, da função social da escola e da responsabilidade do Estado perante o direito à educação.

Consequentemente, a Educação Especial deixa de ocupar uma posição periférica no sistema educacional para assumir uma função articulada à garantia do direito à educação de todos os estudantes. A reorganização das racionalidades explica, assim, por que diferentes mudanças observadas na literatura convergem para um mesmo movimento histórico de ampliação da cidadania educacional.

5.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA RACIONALIDADE DOS DIREITOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A transformação das racionalidades também permite reinterpretar a evolução das políticas públicas de educação inclusiva. Em vez de compreender a sucessão de leis, decretos e programas como fenômenos autônomos, essa perspectiva evidencia que cada novo marco normativo representa um nível progressivo de institucionalização da racionalidade dos direitos humanos.

Sob essa interpretação, a Constituição Federal de 1988, os documentos internacionais, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão deixam de ser analisados como acontecimentos independentes. Todos passam a integrar um mesmo processo histórico de reorganização das responsabilidades atribuídas ao Estado e às instituições educacionais.

Essa leitura permite compreender por que determinados documentos assumiram papel decisivo em determinados momentos históricos. Eles não produziram isoladamente a transformação da Educação Especial; tornaram visíveis, no plano jurídico e institucional, racionalidades cuja construção vinha sendo progressivamente consolidada nos campos social, político e científico.

5.3 A ESCOLARIZAÇÃO COMO EXPRESSÃO HISTÓRICA DA TRANSFORMAÇÃO DAS RACIONALIDADES

A principal evidência da transformação das racionalidades manifesta-se na própria escolarização das pessoas com deficiência. É nesse espaço que as mudanças produzidas nas políticas públicas se concretizam em direitos, práticas pedagógicas e formas de organização institucional.

Sob essa perspectiva, o acesso à escola, a permanência, a participação, a aprendizagem e a oferta de apoios especializados deixam de constituir indicadores independentes de inclusão e passam a representar diferentes dimensões de um mesmo processo histórico de materialização da racionalidade dos direitos humanos.

Ao mesmo tempo, as permanências estruturais identificadas pela literatura revelam que essa materialização permanece incompleta. A coexistência entre racionalidades distintas explica por que práticas inclusivas convivem, ainda hoje, com concepções médico-clínicas, assistencialistas ou integracionistas que continuam influenciando culturas escolares, formas de avaliação e processos de implementação das políticas públicas.

Essa compreensão permite superar interpretações que atribuem os desafios contemporâneos exclusivamente à insuficiência das políticas públicas. Em vez disso, evidencia que tais desafios decorrem da coexistência entre racionalidades historicamente constituídas, cuja transformação permanece em curso.

5.4 UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A categoria transformação das racionalidades permite compreender que a evolução da Educação Especial constitui um processo histórico simultaneamente político, jurídico, educacional e cultural. As mudanças observadas na legislação, nas políticas públicas e na escolarização deixam de ser interpretadas como acontecimentos sucessivos para integrar uma dinâmica contínua de reorganização das formas de compreender a deficiência e o direito à educação.

Essa perspectiva amplia o potencial interpretativo da literatura ao demonstrar que diferentes estudos, embora organizados em torno de objetos específicos, descrevem manifestações de um mesmo movimento histórico. A transformação das racionalidades oferece, assim, um referencial capaz de integrar explicações anteriormente fragmentadas, permitindo compreender a evolução da Educação Especial como resultado da interação entre mudanças conceituais, institucionalização das políticas públicas e materialização dessas transformações na escolarização das pessoas com deficiência.

Mais do que reorganizar a leitura da produção científica existente, essa interpretação propõe um deslocamento analítico para futuras investigações. Ao reconhecer as racionalidades como

fundamento explicativo da evolução histórica da Educação Especial, torna-se possível analisar novas políticas públicas, reformas educacionais e processos de escolarização não apenas a partir de seus resultados imediatos, mas também das racionalidades que os estruturam e lhes conferem significado histórico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da Educação Especial e das políticas públicas de educação inclusiva constitui um dos temas mais investigados no campo da educação brasileira nas últimas décadas. A expressiva produção científica desenvolvida nesse período contribuiu para ampliar significativamente a compreensão acerca da escolarização das pessoas com deficiência, da institucionalização dos direitos educacionais, das transformações ocorridas na Educação Especial e dos desafios relacionados à consolidação da educação inclusiva. Entretanto, conforme evidenciado ao longo deste estudo, a diversidade de abordagens também produziu interpretações organizadas em diferentes perspectivas explicativas, frequentemente centradas na sucessão dos marcos legais, nas mudanças paradigmáticas, na implementação das políticas públicas ou nas transformações da escolarização.

Partindo dessa constatação, este artigo buscou integrar criticamente a produção científica nacional e internacional, propondo a transformação das racionalidades como categoria analítica para compreender a evolução histórica da Educação Especial e das políticas públicas de educação inclusiva. Diferentemente das abordagens que interpretam esse percurso exclusivamente por meio da cronologia legislativa ou da ampliação progressiva dos direitos, a perspectiva aqui desenvolvida sustenta que as mudanças observadas na organização da Educação Especial, na atuação do Estado e na escolarização das pessoas com deficiência expressam um processo histórico mais amplo de reorganização das racionalidades que estruturam a compreensão da deficiência e do direito à educação.

A principal contribuição deste estudo consiste, portanto, na construção de um modelo interpretativo capaz de integrar diferentes explicações presentes na literatura em torno de uma mesma dinâmica histórica. A categoria transformação das racionalidades não pretende substituir os referenciais teóricos já consolidados na área, mas oferecer uma chave analítica que permita compreender as relações existentes entre as mudanças conceituais, a institucionalização das políticas públicas e sua materialização na escolarização das pessoas com deficiência. Ao fazê-lo, o estudo desloca o foco da descrição dos acontecimentos históricos para a análise dos processos que lhes conferem unidade e significado.

Do ponto de vista metodológico, o artigo também apresenta uma contribuição relevante ao demonstrar o potencial da revisão crítica interpretativa da literatura como estratégia de construção

teórica. A utilização de um corpus constituído por cinquenta e sete artigos científicos, previamente selecionados mediante revisão sistemática da literatura, permitiu que a categoria analítica proposta emergisse da integração crítica da produção científica, conferindo maior consistência ao modelo interpretativo desenvolvido. Dessa forma, a investigação evidencia que revisões de literatura podem ultrapassar a função tradicional de síntese do conhecimento disponível e contribuir para a elaboração de novos referenciais analíticos no campo da Educação Especial.

Entretanto, como toda investigação de natureza teórica, este estudo apresenta limites que precisam ser reconhecidos. A categoria analítica construída resulta da interpretação de um corpus específico de estudos científicos e, por essa razão, sua potencialidade explicativa deverá ser continuamente confrontada com novas investigações, diferentes contextos históricos e distintas realidades educacionais. Sua validade científica não reside em pretender explicar exaustivamente toda a complexidade da Educação Especial, mas em oferecer uma perspectiva interpretativa capaz de ampliar a compreensão das transformações históricas que caracterizam esse campo de conhecimento.

Nesse sentido, a categoria transformação das racionalidades abre possibilidades para futuras pesquisas voltadas à análise de políticas públicas, processos de escolarização, formação de professores, culturas institucionais e práticas pedagógicas, permitindo investigar de que maneira diferentes racionalidades continuam produzindo efeitos sobre a organização da educação inclusiva contemporânea. Mais do que um conceito organizador desta revisão, ela configura uma ferramenta analítica que poderá ser mobilizada em novas investigações interessadas em compreender as permanências, rupturas e disputas que continuam caracterizando a evolução da Educação Especial.

Conclui-se, por fim, que a evolução da Educação Especial e das políticas públicas de educação inclusiva não pode ser compreendida apenas como resultado da ampliação progressiva dos direitos das pessoas com deficiência ou da sucessão de marcos legais. Trata-se de um processo histórico mais amplo, marcado pela transformação das racionalidades que redefiniram, ao longo do tempo, as formas de compreender a deficiência, organizar a atuação do Estado e materializar o direito à educação. É precisamente essa interpretação que este estudo oferece ao campo da Educação Especial, propondo uma leitura capaz de integrar a produção científica existente e ampliar as possibilidades analíticas para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

Abellan, **P. A. A**. (2026). *Educational policy and the inclusive turn: A comparative study of special education reform in Latin America*. *Exceptionality Education International, 36*(1), 47–71

Baptista, C. R. (2019). *Política pública, educação especial e escolarização no Brasil*. *Educação e Pesquisa, 45*, e217423. https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945217423

Borges, A. A. P., & Campos, R. H. F. (2018). *A escolarização de alunos com deficiência em Minas Gerais: Das classes especiais à educação inclusiva*. *Revista Brasileira de Educação Especial, 24*(Edição Especial), 69–84.

Bueno, J. J., Bueno, S., & Portilho, E. M. L. (2023). *Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil*. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 18*, e023038. https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17822

Calheiros, David dos Santos *et al*. *Planejamento, implementação e avaliação das ações de terapeutas ocupacionais em uma rede de apoio à inclusão escolar.* ***Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional****, São Carlos, v. 32, n. esp., e3803, p. 1-19, 2024.*

Camargo, F. P., & Paes de Carvalho, C. (2019). *O direito à educação de alunos com deficiência: A gestão da política de educação inclusiva em escolas municipais segundo os agentes implementadores*. *Revista Brasileira de Educação Especial, 25*(4), 617–634. https://doi.org/10.1590/S1413-65382519000400006

Cantorani, J. R. H., Pilatti, L. A., & Silva, S. C. R. (2025). *Educação inclusiva no Brasil: Avaliação dos resultados e estratégias da Meta 4 do PNE*. *Revista Lusófona de Educação, 66*, 231–247. https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle66.dt12

Fonseca, A. P. A. (2025). *A consolidação do pensamento conservador nas políticas educacionais para pessoas com deficiência do Estado do Paraná-Brasil*. *ETD – Educação Temática Digital, 27*, e025060. https://doi.org/10.20396/etd.v27i00.8678760

Foucault, M. (2008). *The birth of biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978–1979* (G. Burchell, Trans.). Palgrave Macmillan

Foucault, M. (2007). *Security, territory, population: Lectures at the Collège de France, 1977–1978* (G. Burchell, Trans.). Palgrave Macmillan.

França, M. G. (2015). *O financiamento da educação especial no âmbito dos fundos da educação básica: Fundef e Fundeb*. *Educar em Revista, 58*, 271–286. https://doi.org/10.1590/0104-4060.42415

Garcia, R. M. C., & Barcelos, L. G. (2021). *A constituição do público-alvo na política de Educação Especial brasileira: Movimentos e disputas no interior do Estado Integral*. *Revista Brasileira de Educação Especial, 27*, e0170. https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0170

Grant, M. J., & Booth, A. (2009). *A typology of reviews: An analysis of 14 review types and associated methodologies*. Health Information & Libraries Journal, 26(2), 91–108. https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.

Givigi, R. C. N., Jesus, D. M., Silva, R. S., & Alcântara, J. N. (2020). *Políticas educacionais inclusivas e a intersetorialidade com as políticas sociais: Interfaces Brasil/Canadá*. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 15*(esp. 3), 2240–2259. https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp3.14429

Greenhalgh, T. (2019). *How to read a paper: The basics of evidence-based medicine and healthcare* (6th ed.). Wiley-Blackwell.

Haas, C., & Gonçalves, T. G. G. L. (2015). *Em tempos de democratização do direito à educação: Como têm se delineado as políticas de acesso à EJA aos estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul? Revista Brasileira de Educação Especial, 21*(4), 443–458.

Habermas, J. (1996). *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy* (W. Rehg, Trans.). MIT Press.

Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action* (Vol. 1: *Reason and the rationalization of society*). Beacon Press**.**

Habermas, J. (1987). *The theory of communicative action* (Vol. 2: *Lifeworld and system: A critique of functionalist reason*). Beacon Press.

Macena, J. O., Justino, L. R. P., & Capellini, V. L. M. F. (2018). *O Plano Nacional de Educação 2014–2024 e os desafios para a Educação Especial na perspectiva de uma cultura inclusiva*. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 26*(101), 1283–1302. https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601156

Matos, S. N., & Mendes, E. G. (2015). *Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar*. *Revista Brasileira de Educação Especial, 21*(1), 9–22. https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000100002

Meira, F. C. M., Silva, F. M., & Braga, D. S. (2025). *Efeito da presença de estudantes PAEE nos resultados de aprendizagem de Língua Portuguesa e matemática nas escolas inclusivas*. *Dialogia, 52*, e28253. https://doi.org/10.5585/52.2025.28253

Melo, F. R. L., & Pereira, C. R. D. (2025). *Instrumentos normativos globais e as políticas públicas de educação inclusiva: Do pós-Segunda Guerra Mundial à Agenda 2030*. *Periferia, 17*, e91502. https://doi.org/10.12957/periferia.2025.91502

Rahme, M. M. F. (2013). *Inclusão e internacionalização dos direitos à educação: As experiências brasileira, norte-americana e italiana*. *Educação e Pesquisa, 39*(1), 95–110.

Rocha, L. R. M., Lacerda, C. B. F., & Lizzi, E. A. S. (2022). *Panorama das instituições de educação superior brasileira para alunos público-alvo da educação especial antes da Lei de Reserva de Vagas*. *ETD – Educação Temática Digital, 24*(3), 524–544. https://doi.org/10.20396/etd.v24i3.8660504

Rodrigues, I. B., Nseibo, K., & Ó Murchú, F. (2025). *Paradoxos da educação inclusiva: Debate sobre as experiências de Gana, Irlanda e Brasil*. *ETD – Educação Temática Digital, 27*, e025061. https://doi.org/10.20396/etd.v27i00.8678776

Rosa, J. G. L. da, & Lima, L. L. (2022). *Muda o governo, mudam as políticas? O caso da política nacional de educação especial*. *Revista Brasileira de Educação, 27*, e270026. https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270026

Santos, V., & Mendes, E. G. (2021). *Análise da política de inclusão escolar em um município na perspectiva de professores*. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 16*(esp. 2), 1325–1342. https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp2.15128

Silva, N. C., & Carvalho, B. G. E. (2017). *Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: Uma revisão integrativa*. *Revista Brasileira de Educação Especial, 23*(2), 293–308. https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000200010

Sousa, E. A., Gonçalves, R. M. P., Oliveira, D. K. L., & Santana, J. S. (2025). *A formulação das políticas públicas para a educação inclusiva nos países periféricos sob a égide dos organismos internacionais*. *Acta Scientiarum. Education, 47*, e63494. https://doi.org/10.4025/actascieduc.v47i1.63494

Snyder, H. (2019). *Literature review as a research methodology: An overview and guidelines*. **Journal of Business Research, 104**, 333–339. https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039

Torraco, R. J. (2016). *Writing integrative literature reviews: Guidelines and examples*. **Human Resource Development Review, 15**(4), 404–428. https://doi.org/10.1177/1534484316671606

Xiao, Y., & Watson, M. (2019). *Guidance on conducting a systematic literature review*. **Journal of Planning Education and Research**.

Webster, J., & Watson, R. T. (2002). *Analyzing the past to prepare for the future: Writing a literature review*. **MIS Quarterly, 26**(2), xiii–xxiii.

Whittemore, R., & Knafl, K. (2005). *The integrative review: Updated methodology*. **Journal of Advanced Nursing, 52**(5), 546–553. https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x